

Congresso em recesso

André Bontá/6 07 95

Medida provisória que desindexa a economia, demissões no Banco do Brasil, guerra fiscal entre estados, reforma administrativa do Estado. Apesar de um cardápio apimentado de polêmicas, o Congresso preferiu o recesso em julho.

Sem as sessões, deputados e senadores terão agora que esperar o reinício dos trabalhos, em agosto, para discutirem tantos temas polêmicos.

“Não há dúvida que esse recesso aconteceu num momento muito inoportuno. Nós deveríamos estar promovendo um amplo debate aqui dentro sobre questões que interessam a todos os brasileiros”, diz o deputado Paulo Paim (PT-RS).

O recesso interrompeu até mesmo o ritmo das reformas constitucionais promovidas pelo governo. Só que a legislatura mal começou e Câmara e Senado tiveram um elevado nível de renovação.

Desgaste — Muitos parlamentares argumentaram que o recesso era necessário porque não acontecia há muito tempo, aumentando o desgaste. Mas a votação da quebra do monopólio do petróleo, por exemplo, ficou pendurada na pauta do Senado.

Pressionados pela opinião pública, os congressistas acabaram usando uma saída de emergência. Convocaram sessões para uma comissão representativa, com 23 membros, tentando debater os assuntos mais urgentes.

“Não posso negar que seria me-

lhor que o Congresso estivesse reunido”, afirma o senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), relator da MP da desindexação.

Para não prejudicar seu trabalho, o senador tem aproveitado para ouvir setores envolvidos com os desdobramentos da MP.

A paralisação dos trabalhos impediu o andamento de outros projetos importantes como a lei de patentes, que o próprio presidente Fernando Henrique tem pressa de ver aprovada.

Justiça — Sem trabalho, os poucos parlamentares presentes em Brasília acabam batendo na porta da Justiça, entrando com ações contra medidas que consideram irregulares.

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) entrou com ações no Tribunal de Contas da União e na Procuradoria-Geral da República contra as demissões do Banco do Brasil. O deputado Severiano Alves (PDT-BA) apresentou também um recurso.

As bancadas de PDT, PT e PC do B foram até o Supremo Tribunal Federal contra a MP da desindexação. Acabaram conseguindo derrubar dois pontos do texto original enviado pelo governo.

“O recesso acabou custando mais caro ao governo do que ele poderia pensar. Para desfazer todas essas confusões, vão ter muito trabalho”, ironiza o deputado Marcelo Déda (PT-SE).

atrasa reformas